MEMÓRIA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESCENTRALIZADA E AMPLIADA EM UNIÃO DA VITÓRIA DO MÊS DE AGOSTO DE 2026 DO COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES DO ESTADO DO PARANÁ

aos dezenove dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às nove horas e treze minutos, foi realizada a reunião ordinária descentralizada e ampliada do Comitê Interinstitucional de Prevenção e Enfrentamento às Violências Contra as Mulheres do Estado do Paraná, vinculado à Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI), em formato híbrido. Presencialmente, a reunião ocorreu nas dependências da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Município de União da Vitória, Paraná, e de forma online, transmitida por webconferência pela plataforma Google Meet para os membros e colaboradores conectados remotamente. Estavam presentes as seguintes integrantes e convidadas(os): Mariana de Sousa Machado Neris (Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa - Semipi), Carla Koniecznіak Aguiar (Chefe da Coordenação de Enfrentamento às Violências contra as Mulheres - Semipi), Adriana Siuta (Diretora de Políticas Públicas para Mulheres -DPPM),Larissa Sayuri Yamaguchi (Semipi),Joyce Gomes (Semipi), Gabrielle Viana Collatusso(Semipi), Fernanda Marchione (Semipi), Rosângela Pereira (Semipi), Jardel Seabra de Melo Junior(Semipi),Kelly Helena Correia Klein (06RS), Angela Maria Brzezinski (06RS), Sirleni Brito dos Santos da Silva (SESA), Dr. Emerson Spak (CEVID-TJPR/ Vara Criminal e Anexos de União da Vitória), Dr. Bruno Fanchin (Promotoria de Justiça da Comarca de Mallet - MPPR), Agda Zorzan (MPPR), Dra. Carolina Dias (Polícia Científica - SESP),Mariana Ulysséa de Quadros (Polícia Científica -SESP),Stephanie Aniz Ogliari Candal (OAB -PR), Cynthia Batista (ProMu ALEP), Maria Isabel Pereira Correa (CEDM- PR), Claudia Rejane Schavarinski Almeida Santos (SETI), Ingrid Machado do Nascimento (SEJU), Magali Carneiro (Secretaria Municipal de Assistência Social de União da Vitória), Sionara Aparecida Pigatto Clivatti (Diretoria de Políticas Públicas para as Mulheres de União da Vitória), Vereadora Josina de Souza Almeida (Procuradoria da Mulher de União da Vitória), Vereadora Cleonice Martinazzo Moller (Procuradoria da Mulher de União da Vitória), Márcia Senka Tonkio (Núcleo Regional de Educação de União da Vitória - SEED), Michele Aparecida Tesluk (assistente social da 14ª URATE - Ministério Público do Paraná), Angélica Cardoso Lima (Central de

Atendimento das Promotorias de Justiça da comarca de União da Vitória), Clarissa Fernandes Diniz (Administradora/IARA-UVA/SEDEF), além de gestores municipais, técnicas(os) da assistência social (CRAS e CREAS), saúde e conselheiras dos Direitos da Mulher dos municípios de União da Vitória, Antônio Olinto, Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória e São Mateus do Sul. Iniciando os trabalhos, Carla Aguiar, Coordenadora de Enfrentamento às Violências contra as Mulheres da Semipi e Secretária-Executiva do Comitê, realizou a checagem técnica dos canais de áudio com a equipe de apoio remoto em Curitiba e solicitou a organização do auditório. Ao saudar os participantes presenciais e virtuais, destacou a relevância de levar a estrutura do colegiado estadual para o interior do Paraná e contextualizou que a reunião descentralizada e ampliada tinha como foco central o diálogo e o fortalecimento da rede de proteção da 6ª Regional de Saúde. Na sequência, convidou a Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa e a Coordenadora do Comitê, Mariana Neris, para a abertura oficial, que manifestou sua honra em ser acolhida por União da Vitória e região, agradecendo expressamente à OAB pela cessão do auditório, ao colegiado municipal e às representações governamentais e da sociedade civil. Relembrou que a Semipi foi instituída em 2023 diante de um desafio histórico gravíssimo, quando o Paraná despontava como o quinto estado do país em registros de mortes violentas de mulheres. Sob a liderança inicial da Deputada Federal Leandre Dal Ponte e com a subsequente estruturação das equipes técnicas, a política para mulheres foi alçada ao centro da agenda prioritária de Estado. Relatou que, no diagnóstico inicial de 2023, apenas 17 dos 399 municípios paranaenses contavam com governança própria em políticas para mulheres (OPMs). Diante desse cenário, a Secretaria promoveu a Caravana Paraná Unido pelas Mulheres para impulsionar a estruturação municipal e instituiu, logo no primeiro mês de funcionamento, o Fundo Estadual de Políticas para Mulheres , marco pioneiro no Brasil que já viabilizou a execução de mais de 180 milhões de reais. Ressaltou que enfrentar a violência exige atuação intersetorial profunda, integrando o Sistema de Justiça (MPPR, DPE-PR, TJPR, TRE-PR), as forças de segurança e as áreas de Educação e Cultura para atuar na prevenção primária e na desconstrução da cultura patriarcal. Explicou que o Comitê foi formalizado por Decreto Estadual, operando com reuniões bimestrais híbridas e Câmaras Técnicas permanentes. Relembrou que a primeira reunião descentralizada ocorreu em Paranaguá, motivada por indicadores perversos que demandaram um pacto regional, e

que esta segunda reunião descentralizada em União da Vitória objetiva estruturar e pactuar protocolos de atendimento da rede, servindo de modelo orientativo e consultivo para as demais regiões do Paraná. Na sequência, a Primeira-Dama e Secretária Municipal de Assistência Social de União da Vitória, Magali Carneiro, representando o Prefeito Municipal, expressou sua satisfação em receber o Comitê e agradeceu pela escolha da região para o desenvolvimento da metodologia piloto. Deu as boas-vindas aos profissionais e autoridades de União da Vitória, Antônio Olinto, Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória, São Mateus do Sul e Mallet, ressaltando que a aproximação entre as instâncias estaduais e municipais fortalece a rede intersetorial e consolida respostas mais eficazes às particularidades do território. Em ato contínuo, Angela Maria Brzezinski, representando a 6ª Regional de Saúde e a Comissão Regional de Enfrentamento às Violências, realizou sua saudação. Destacou que o trabalho regionalizado teve início em 2018/2019 voltado primordialmente à proteção de crianças e adolescentes diante das normativas da época, mas que a prática cotidiana revelou a indissociabilidade com a temática da violência doméstica contra as mulheres. Apontou a complexidade da comunicação intersetorial como um dos maiores gargalos da gestão pública e celebrou a realização do encontro para aprimorar os fluxos e pactuações locais. Carla Aguiar informou a ausência justificada do Presidente da Subseção da OAB em decorrência do falecimento do colega de trabalho e convidou a Diretora de Políticas Públicas para as Mulheres da Semipi, Adriana Siuta, para sua manifestação. A Diretora cumprimentou os membros presentes do Poder Judiciário, Ministério Público, Forças de Segurança, Conselhos de Direitos e equipes técnicas municipais. Relatou sua trajetória profissional na assistência social municipal em CRAS e CREAS, enfatizando que compreende os desafios vivenciados pelos técnicos na ponta e reforçando que a metodologia prática das oficinas que ocorreriam no período vespertino consolidaria diretrizes fundamentais para o fortalecimento da rede em todo o território estadual.Dando continuidade à pauta administrativa, Carla Aguiar submeteu à appreciation do colegiado a Memória da Reunião Ordinária anterior (mês de junho de 2026), a qual foi formalmente aprovada por unanimidade pelos membros presentes e virtuais. Lembrou aos participantes sobre o preenchimento da lista de presença e a inscrição via formulário digital para fins de certificação.Passou-se à apresentação da Contextualização Regional e Diagnóstico Local, conduzida por Kelly Helena Correa Klein, psicóloga da SESA e representante da Comissão Regional de Enfrentamento às Violências da 6ª Regional de

Saúde. Inicialmente, convidou à frente os membros da comissão para reconhecimento público pela trajetória de construção de fluxos desde 2018. Em seguida, apresentou dados sociodemográficos, da assistência social, da segurança pública e o perfil epidemiológico das violências registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) entre 2020 e 2025: Território e Demografia: Região de expressiva base agrícola e madeireira, ampla extensão territorial e marcada pela diversidade cultural da migração européia (italianos, alemães, ucranianos e poloneses), além de raízes históricas ligadas à Guerra do Contestado e à divisa com Santa Catarina. A população regional distribui-se de forma equilibrada em 49% homens e 51% mulheres. União da Vitória (mais de 56 mil habitantes e 721 km²) e São Mateus do Sul (mais de 43 mil habitantes) funcionam como polos regionais de serviços; Porto Vitória possui a menor população (3.515 habitantes), situando-se os demais municípios em faixas intermediárias: Bituruna (mais de 15 mil hab.), Cruz Machado (média de 15 mil hab.), General Carneiro (10 mil hab.), Antônio Olinto (7 mil hab.), Paulo Frontin (mais de 6 mil hab.) e Paula Freitas (mais de 5 mil hab. - estimativas IBGE 2025). Equipamentos Socioassistenciais e Conselhos: A rede de proteção social dispõe de unidades de CRAS e CREAS (7 dos 9 municípios contam com estrutura de CREAS), mas não há nenhum Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) implantado na região. Quanto aos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher, praticamente todos os municípios contam com conselhos ativos (Antônio Olinto com lei aprovada em processo final de instalação), acompanhando o expressivo salto do Paraná, que conta atualmente com cerca de 300 conselhos instituídos. Segurança Pública e Notificações no SINAN (2020-2025): A violência contra a mulher e a violência doméstica lideram as ocorrências policiais, registrando-se 2 casos de feminicídio em 2025 na região. Na série histórica da Saúde (SINAN), observou-se crescimento progressivo nos registros, com incremento de 12% entre 2024 e 2025 (ano de pico), reflexo direto do processo contínuo de sensibilização e capacitação técnica das redes municipais. Meninas e mulheres concentram 68,8% (arredondado para 69%) de todas as notificações registradas no sistema. Bituruna destacou-se com alto volume proporcional de notificações, indicando expressiva vigilância e acolhimento pelas equipes locais. Perfil das Vítimas e Especificidades: 75% das ocorrências de violência contra mulheres ocorrem no interior da própria residência. Quanto à faixa etária, 48,5% das notificações concentram-se no grupo de 12 a 29 anos (sendo 21% entre 12 e 17 anos e o pico de 27% entre 18 e 29 anos, correspondente ao

período fértil e de inserção produtiva), além de 12% na faixa de 10 a 11 anos. No quesito raça/cor, 73% declararam-se brancas e cerca de 22% pretas e pardas. Foi esclarecido em plenário que, embora não existam aldeias indígenas demarcadas na região (comunidade desintrusada judicialmente em Porto Vitória), há circulação e presença de famílias tradicionais e assentamentos que exigem atendimento equitativo. Constataram-se ainda 7% de notificações em mulheres com deficiência e 90 registros em gestantes. Quanto à escolaridade, 20% das fichas não continham o dado preenchido, apontando a necessidade de qualificação da informação para subsidiar políticas educacionais integradas ao Núcleo Regional de Educação. Tipologia das Violências: A violência física é predominante em todos os municípios (variando de 56% em Porto Vitória a 85% em São Mateus do Sul), seguida pela psicológica/moral e sexual. Alertou-se que 28% das notificações em meninas e mulheres referem-se a lesões autoprovocadas (autolesão e tentativas de suicídio), evidenciando grave sofrimento psíquico. Outro dado alarmante revelou que 48% das vítimas atendidas já possuíam histórico de violências anteriores registradas na ficha de notificação. Durante a apresentação, a perita Dra. Carolina Dias (Polícia Científica / SESP) interveio para questionar sobre a velocidade de comunicação dos dados do SINAN à Segurança Pública, relatando que em Curitiba o fluxo muitas vezes leva meses, o que inviabiliza a coleta tempestiva de vestígios periciais e a prevenção da reincidência. Kelly Klein esclareceu que a reunião visa justamente superar a dependência de relações pessoais entre servidores e instituir fluxos formais de comunicação interinstitucional. Pontuou ainda que o consórcio intermunicipal de saúde organiza os kits de profilaxia pós-exposição em três pontos regionais de referência, mas que o atendimento pericial e o fluxo de violência sexual necessitam de pactuação contínua, lembrando que a Polícia Civil disponibiliza a confecção de Boletim de Ocorrência online dentro das unidades de saúde. Em seguida, o Juiz de Direito da Comarca de União da Vitória, Dr. Emerson Spak, representando a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID/TJPR), realizou sua exposição, cumprimentou as autoridades em nome da desembargadora Cristiane Ferrari (Coordenadora) e da Dra. Taís de Paula Scheer (Vice-Coordenadora), destacando o compromisso do Poder Judiciário com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e as metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com ênfase no cumprimento da Meta 8. Destacou as seguintes diretrizes e dados: Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência: Mapeamento de 144 grupos reflexivos

estruturados em 130 comarcas do Paraná, ferramenta fundamental que reduz drasticamente a taxa de reincidência ao promover a responsabilização subjetiva do agressor e desconstruir padrões aprendidos. Capacitação e Procedimentos Especializados: Formação continuada de magistrados no Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero e habilitação técnica para a escuta de crianças e adolescentes por meio do Depoimento Especial. Destacou também as publicações científicas da Revista Eletrônica do CEVID (11ª edição lançada em comemoração aos 20 anos da Lei Maria da Penha) e as mobilizações das Semanas da Justiça pela Paz em Casa, Campanha Paraná Lilás e 21 Dias de Ativismo. Ferramentas de Proteção e Monitoramento: Uso de monitoramento eletrônico do agressor com zona de exclusão ao redor da vítima e implementação de dispositivo piloto de alerta em tempo real no celular da assistida (em teste em Curitiba e São José dos Pinhais). Destacou a integração com o aplicativo Salve Maria / Botão do Pânico (com doação de aparelhos celulares pela comarca) e o convênio com o TRE-PR que garante a alteração sigilosa do local de votação para vítimas de violência doméstica. Panorama da Comarca de União da Vitória: No primeiro semestre de 2026 (janeiro a junho), foram autuadas 208 medidas protetivas de urgência na comarca (média superior a uma por dia). O magistrado traçou um resgate histórico dos seus 13 anos de atuação local, relatando que anteriormente os processos prescreviam por falta de estrutura. Atualmente, o tempo médio entre o fato e a sentença criminal é de cerca de um ano , período necessário para a maturação processual e estabilização da vítima. Destacou como conquistas históricas da articulação regional: a instalação de sede própria da Delegacia da Mulher (conduzida pela Delegada Dra. Daniele e equipe multidisciplinar), a garantia de um Defensor Público com atuação exclusiva para mulheres vítimas de violência e a implantação do Centro de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais (CEAV) no Fórum de União da Vitória, um dos três únicos existentes no Paraná (ao lado de Curitiba e Ponta Grossa).Dando prosseguimento, a psicóloga e assessora técnica da Semipi,Larissa Sayuri Yamaguchi, iniciou a introdução ao Alinhamento de Fluxos e Desafios Regionais. Problematizou a dimensão humana por trás das estatísticas, destacando que a mulher que vivencia a violência encontra-se em condição transitória de vulnerabilidade e sofrimento psíquico, demandando acolhimento integral, escuta sensível e respeito à sua autonomia e autodeterminação. Pontuou que no Paraná existem apenas 21 CRAMs e 16 serviços de acolhimento institucional para mulheres sob risco iminente de morte, explicando que a Semipi financia obras de

unidades regionais de acolhimento via consórcios intermunicipais de assistência social e multifinalitários. Detalhou a importância da análise e gestão contínua de risco com base no Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FONAR) e nos planos de segurança. Explicou as modalidades de abrigamento: urgentes e transitórias (até 48/72 horas em hotéis/pousadas via benefícios eventuais municipais ou pelo Programa Acolhe do Instituto Natura por até 15 dias) e temporárias em unidades institucionais de alta complexidade (por até 180 dias, incluindo o acesso a vagas regionalizadas custeadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família - SEDEF para municípios de até 50 mil habitantes), além do aluguel social. Larissa e o Dr. Emerson Spak esclareceram que, após alterações legislativas recentes, a maioria dos crimes de violência doméstica (como ameaça e perseguição) tornou-se de ação penal pública incondicionada, o que retira da vítima o peso moral e a culpa pela persecução criminal contra o pai de seus filhos.Após o intervalo para almoço, Carla Aguiar reabriu a sessão plenária e passou a condução à Joyce Gomes, psicóloga e assessora técnica da Semipi, para a apresentação estruturada da Minuta do Fluxograma de Atendimento e Rota de Cuidados desenvolvida pelo Comitê. Joyce Gomes e Larissa Sayuri detalharam a estrutura dividida em seis eixos complementares:1- Atendimento e Manejo: Postura ética e acolhedora de escuta sensível, ausência de julgamento moral ou culpabilização, proteção da privacidade e garantia de que a mulher seja informada sobre cada etapa e procedimento; 2 Análise e Gestão de Risco: Mapeamento de fatores de risco (relativos à mulher, autor da violência e relacionamento) e fatores protetivos, com aplicação de ferramentas como o FONAR e plano de segurança pessoal; 3-Providências de Saúde: Fluxos para profilaxia de infecções sexualmente transmissíveis e contracepção de emergência em casos de violência sexual em até 72 horas (com deslocamento de equipes policiais/periciais ao leito hospitalar para evitar revitimização e preservar vestígios) ou encaminhamentos após 72 horas, além de atendimento a lesões físicas e inclusão futura de protocolo para saúde mental; 4 Providências Sociais (Proteção e Abrigo): Organização do suporte socioassistencial, concessão de benefícios eventuais, acolhimento de urgência/trânsito e abrigamento institucional para a mulher e seus dependentes, articulado com Conselhos Tutelares e vagas regionalizadas;5 Providências Legais e de Segurança Pública: Registro presencial ou eletrônico de Boletim de Ocorrência, requerimento e concessão de Medidas Protetivas de Urgência (MPU), acionamento de patrulhas e orientação jurídica gratuita via Projeto Ampara da Defensoria Pública; 6 Rota de Cuidados e Emancipação: Superação

da "rota crítica" por meio da articulação em rede nos territórios, integrando assistência social, saúde, sistema de justiça, educação, qualificação profissional e geração de renda para a plena autonomia da mulher. Concluída a apresentação do fluxograma, a transmissão virtual foi encerrada com os devidos agradecimentos, passando-se imediatamente à dinâmica presencial das oficinas de trabalho em grupo, nas quais os profissionais foram distribuídos por municípios para analisar, preencher e adaptar as minutas dos fluxogramas às especificidades de seus territórios. ENCAMINHAMENTOS Envio, pela Secretaria-Executiva do Comitê, de todas as apresentações em slides, documentos norteadores, guias do FONAR e diretrizes do Programa Acolhe e vagas regionalizadas da SEDEF a todos os membros e secretarias municipais da 6ª Regional de Saúde; Realização das oficinas práticas presenciais divididas por municípios para preenchimento, revisão e adaptação local da minuta do fluxograma de atendimento e rede de referências; Inclusão formal de módulo e orientações específicas sobre manejo e fluxos em Saúde Mental na versão consolidada do protocolo de atendimento do Comitê; Compilação e sistematização, pela equipe técnica da Semipi, das contribuições e notas orientativas colhidas na reunião descentralizada de União da Vitória para consolidação da Nota Técnica e do modelo estadual de fluxo de atendimento. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, agradecendo a todos(as). Esta memória foi degravada a partir da transcrição da reunião e redigida por Nádia de Oliveira, Assessora Técnica da Assessoria de Apoio aos Colegiados da Diretoria de Políticas Públicas para Mulheres, e será encaminhada aos membros do Comitê para validação.